

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 11/02/2014 - Edição 987

Carro-forte capota em estrada no litoral norte da PB e deixa um ferido



Apenas o motorista precisou ser levado para o hospital depois do acidente com o carro-forte na estrada para Lucena, Litoral Norte da Paraíba (Foto: Walter Papparazzo/G1)

Um carro forte capotou na manhã desta segunda-feira (10) na estrada que liga Santa Rita a Lucena, cidade do Litoral Norte paraibano. De acordo com o relato do motorista, ele tentou desviar de uma moto que seguia na mesma via, perdeu o controle e acabou capotando.

Quatro pessoas seguiam dentro do veículo, três delas tiveram ferimentos leves e apenas o motorista precisou ser levado para o hospital, de acordo com o técnico do Samu Lenilson Pereira. Outro veículo da mesma empresa de transporte de valores foi ao local para garantir a segurança do carro forte que capotou e recolheu as armas que estavam com a equipe.

Fonte: G1

Cresce o número de ataques a bancos no interior paulista, diz jornal



Agência do Itaú atacada em São José do Rio Preto

O ano começou com uma nova onda de ataque à caixas eletrônicos. Nas cidades pequenas o chão treme com as dinamites usadas nas ações dos bandidos. E o que sobra é pânico e imagens de lugares devastados pela violência.

Pesquisas realizadas pela confederação de vigilantes e ContraF-CUT revelam que o Estado de São

Paulo é líder no país de ataques à caixas eletrônicos. Em 2012 foram 492 ocorrências. Nos primeiros seis meses do ano passado o número já chegava a 334, com média de 1,8 ataque por dia, acima de 2012.

E neste ano, ataques seguem em alta. Levantamento feito pelo BOM DIA constatou ao menos 60 ocorrências desse tipo em pouco mais de um mês. Bandidos preferem atuar nas cidades pequenas, mas os ataques ocorrem nas maiores também.

Neste ano já foram registrados casos nas regiões de Sorocaba, Jundiaí (na madrugada de domingo três agências foram para os ares no Centro de Itatiba), Campinas, Bauru, no ABCD, assim como na região de Rio Preto. Só na região de Ribeirão Preto foram 26 ataques.

“Faltam investimentos dos bancos em segurança”, disse o coordenador do Coletivo de Segurança Bancária da Contraf-CUT Ademir Wiederkehr.

Existem cidades onde passa o medo do ataque e ainda fica sem banco. Na pequena Alambari, 4,6 mil moradores, na região de Sorocaba, o ataque destruiu a agência.

“Senti a parede de casa tremer. A gente nunca imagina passar por algo assim. Vou a caixa de outra cidade”, afirma a dona de casa Terezinha de Fátima Fogaça, de 60 anos.

Investimentos aumentaram 62%, diz Febraban

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) rebateu queixa de falta de investimento e informou que de 2002 até 2011 aumentou em 62,4%, salto de R\$ 3 bilhões para R\$ 8 bilhões.

Quanto aos casos de ataques a caixas eletrônicos, a instituição afirmou que a ação de segurança permitida pela legislação aos estabelecimentos comerciais e bancos é insuficiente, frente à violência empregada. E que é necessário que a polícia combata as causas destes

crimes.

“Em primeiro lugar, impedindo que os bandidos tenham acesso fácil a explosivos, como vem acontecendo há três anos. Em segundo lugar, desbaratando as quadrilhas, o que se faz com ações de inteligência. Em terceiro lugar, dificultando o acesso dos bandidos ao produto do crime”.

A Febraban também afirmou que faz parcerias com as polícias Civil, Militar e Federal, junto com Poder Judiciário, para combater os ataques e aprimorar medidas de proteção.

“Faltam investimentos dos bancos em segurança”,

SSP não divulga detalhes

A Secretaria de Segurança Pública não divulga detalhes de ataques à caixas. São incluídos nas estatísticas como “furtos-geral”. O governo também não informou quantos ataques usaram dinamite em 2013.

Governo aposta em prêmio

O governo de Sp informou em nota ao BOM DIA que uma das estratégias para reduzir roubos é dar prêmio a policiais. “Foi implantada a bonificação de até

R\$ 8 mil para os policiais que reduzirem a criminalidade”.

Operação pega dinamite

A SSP disse que em 2013 aprendeu 40 toneladas de explosivos no Interior. Afirma ter desarticulado duas quadrilhas e prendido 29 pessoas que foram indiciadas mais de 100 vezes.

O comandante da Polícia Militar de Rio Preto e região, Azor Lopes da Silva Júnior, comentou sobre os crimes de explosões a caixas eletrônicos no estado de São Paulo e sobre a atuação da PM nestes casos.

BOM DIA_ A maioria dos casos registrados pela polícia de ataques a caixas eletrônicos acontece em cidades pequenas. Por que é assim?

Coronel Azor – Realmente percebemos que criminosos preferem agir em cidades menores e principalmente durante a madrugada. Nestes locais, o número de policiais é menor e à noite há menos movimento nas ruas. Já vimos casos, por exemplo, que ladrões comunicam falso crime aos policiais da cidade. Assim, eles fazem com o que pequeno contingente se desloque para determinado local enquanto praticam o crime. Além disso, nestas cidades há zonas rurais que podem servir como rota de fuga.

Você acha necessário aumentar policiamento nestes locais?

A Polícia Militar quer estar em todos os locais ao mesmo tempo, mas sabemos que não é possível. O efetivo é bem distribuído, porém nestes casos seria necessário diálogo instantâneo das instituições financeiras com a polícia, para que seja enviado reforço quando necessário e da maneira mais rápida possível

O senhor acha que falta investimento em monitoramento por parte dos bancos?

Sim. A maioria das instituições financeiras não investe em segurança pelo alto custo, apesar de ser a que mais tem dinheiro. Fato que não é inteligente, já que há tecnologia para isso. O que não é certo é tirar dinheiro público para investir em segurança policial de instituições privadas.

Fonte: Agência Bom Dia

Cresce o número de condenações de empresas por assédio moral coletivo

As companhias começaram a sofrer um maior número de condenações pelo chamado assédio moral institucional ou coletivo. Apesar da teoria ser recente no Brasil, já são pelo menos 53 condenações em 76 processos. Porém, como a maioria dessas condenações tem ocorrido em ações individuais, movidas por trabalhadores, os valores das punições são considerados baixos - entre R\$ 5 mil e R\$ 50 mil.

O levantamento foi realizado pela advogada Adriana Calvo, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, para sua dissertação de doutorado sobre o tema, concluída no ano passado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Considerada mais grave do que o assédio moral tradicional, por se tratar de uma conduta generalizada na empresa, a prática consiste em levar os empregados ao limite de sua produtividade por meio de ameaças, que vão desde humilhação e ridicularização em público até demissão.

A advogada fez pesquisas nos sistemas de busca dos sites de todos os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) do país com os termos assédio moral organizacional, assédio moral institucional, assédio moral coletivo e “straining” - usados como sinônimos para denominar a prática na doutrina e jurisprudência trabalhista brasileira. Os dados foram atualizados até novembro de 2012.

Dos 76 processos encontrados, apenas quatro foram apresentados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Nas chamadas ações civis públicas, as condenações são de altos valores - entre R\$ 700 mil e R\$ 1 milhão. (leia mais ao lado). Ao menos 54 empresas foram alvo de ações, principalmente da área comercial e bancária, e algumas já sofreram diversos processos sobre o tema.

Os resultados surpreenderam Adriana. “Não achei que fosse localizar tantas ações. E pensei que a

maioria seria proposta pelo Ministério Público do Trabalho ou sindicatos, que têm como missão proteger os direitos coletivos dos trabalhadores. Mas, no fim, encontrei pouquíssimas.”

Como a maioria dos casos é de ações individuais, os valores a serem indenizados acabam sendo baixos e essas ações são pulverizadas em diversos tribunais. “Se fossem ações civis públicas não teríamos esse casuísmo, no qual um trabalhador ganha o direito a indenização em um tribunal e outro perde”, diz Adriana.

Com as ações individuais “as empresas seguem com a mesma postura, ao pagar pequenas indenizações nos casos em que são condenadas”. De acordo com a pesquisa, em poucos casos o magistrado oficia o Ministério Público do Trabalho (MPT), que poderia então iniciar uma investigação contra as empresas.

No lugar das ações judiciais, o Ministério Público do Trabalho tem priorizado a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com as empresas. Nesses termos, as companhias se comprometem a tomar uma série de medidas contra o assédio moral institucional. Entre elas, a publicação de cartilhas sobre assédio moral, o treinamento empresarial sobre como preveni-lo e instalação de um canal de ouvidoria interna para receber denúncias de empregados.

O procurador do trabalho Ramon Bezerra dos Santos, representante regional da Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) do Ministério Público do Trabalho de São Paulo, confirma que o órgão tem firmado mais TACs do que ajuizado ações civis públicas sobre o tema, apesar de questionar o baixo número de ações do MPT encontradas na pesquisa. “A pesquisa acadêmica restringiu o número ao buscar apenas pelo termo exato de assédio moral institucional.

Essa expressão acaba sendo limitadora”, afirma.

Os TACs, em geral, têm sido realizados quando se verifica que a companhia está disposta a resolver o problema, segundo Santos. “A celebração do TAC pressupõe, no mínimo, um espírito desarmado por parte das empresas. Assim, acabamos tendo mais liberdade para instituir medidas socioeducativas”, diz. Com relação à eficácia, o procurador afirma que isso só poderá ser verificado com uma avaliação permanente.

Segundo a advogada trabalhista Juliana Bracks, do Bracks & von Gyldenfeldt Advogados Associados, o Ministério Público do Trabalho tem sido, na prática, bastante atuante. “Essas ações coletivas são o que fazem diferença porque têm um potencial punitivo muito maior, um caráter pedagógico enorme para que não aconteça mais com os outros trabalhadores da empresa”, afirma. Porém, Juliana reconhece a importância dos TACs. “A empresa assume o seu erro e se compromete em mudar sua conduta. Depois disso, a procuradoria faz um acompanhamento na empresa e, se o TAC não estiver sendo cumprido, isso já vira uma ação de execução e a multa imposta é revertida ao FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador].”

Nas ações individuais, há juízes que, ao constatarem assédio moral institucional, usam esse fato para arbitrar um maior valor de indenização por danos morais. É o caso do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Curitiba, Ricardo Tadeu. “Nesses casos aumentamos a indenização”, diz. Para o magistrado, determinadas formas de gestão das companhias podem configurar assédio, como submeter todos os seus funcionários a metas inatingíveis ou lidar com ameaças ou atitudes que invadem a intimidade.

Fonte: Valor Econômico

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Priscilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF